

Brasília, 03 de abril de 25.

61 ANOS DA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR NO BRASIL

No decorrer desse período, especificamente em 31 de março e 1 de abril, também se pautou na agenda política da sociedade brasileira o debate sobre os 61 anos do início da ditadura empresarial-militar, instalada no Brasil em 1964, que durou 25 anos impondo censura à imprensa, repressão política, milhares de pessoas torturadas e assassinadas ao regime, além de desaparecimentos de corpos de centenas de militantes políticos.

A ausência de democracia na sociedade durante aquele período, também marcou as gestões ensino, que promoveu censura acadêmica, restringindo o pensamento crítico em todas as áreas do saber. Passados 61 anos de seu início, ainda vivemos resquícios dessa página infeliz de nossa história. Além de ainda nossa pátria-mãe continuar a ser distraída e subtraída em tenebrosas transações envolvendo frações do capital internacional com a anuência de nossa covarde burguesia dependente, ainda vivemos uma democracia restrita nas Instituições Públicas de Ensino Superior do país, que mantém a retrógrada lista tríplice para a escolha de seus gestores e gestoras, a ausência de paridade nas instâncias deliberativas e a impossibilidade de que técnicas e técnicos administrativos em educação assumam o posto máximo de gestão, mantendo a perversa e estranha divisão entre o fazer e o pensar.

Mas para além disso, vivemos em uma sociedade com a presença de uma polícia militarizada, que tortura, executa a população periférica (em sua maioria negra) com tiros na nuca, e somem com os corpos. Há quase doze anos ainda nos perguntamos “Cadê Amarildo?” Várias famílias periféricas, de 1988 para cá, não puderam enterrar os corpos de vários Amarildos.

Há dois anos, em 8 de janeiro de 2023, a extrema direita articulou uma tentativa de golpe que felizmente foi frustrada, ao tentar depor Lula que havia recém tomado posse na presidência da República.

A atual conjuntura apresenta diversos perigos pelas esquinas e o sinal parece que está fechado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Porém, o dia 31 de

março, é um símbolo que fortalece a nossa luta pela busca de explicações sobre as centenas de desaparecidos/as durante o regime empresarial militar, como também a nossa luta pela democratização efetiva das Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil, pela construção de um outro formato de polícia, e para que não tenha nenhuma anistia para Bolsonaro e demais políticos, militares e empresários que articularam a fracassada tentativa de golpe em 2023 no Brasil.

Ditadura nunca mais!

GLAUBER FICA!

Glauber Braga é um deputado federal do PSOL eleito pelo Estado do Rio de Janeiro extremamente combativo, que tem disponibilizado seu mandato às minorias, à defesa educação pública-estatal, gratuita, democrática e de qualidade, à causa Palestina e as demais pautas de interesse da classe trabalhadora. Ainda declarou graves e importantes denúncias contra o então presidente do congresso nacional sobre o orçamento secreto. A partir de então vem sofrendo perseguição política de seu mandato.

No dia de hoje 02/04/2024, na audiência da Comissão de Ética, o voto do relator Paulo Magalhaes no processo foi pela cassação do mandato de Glauber, o que simboliza o enfraquecimento dentro do Congresso Nacional das lutas em defesa das causas sociais, antirracistas, antifascistas; de modo que esse processo não é uma simples cassação de um deputado, mas a tentativa de cassação de um deputado de esquerda, aliado de nossa Federação e de nossa categoria, que teve e tem a coragem de fazer importantes denúncias.

Esse processo deve ser visto com preocupação por toda a esquerda, e também pelo conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras, já que no Brasil sempre há tentativas da direita e extrema direita de silenciar e criminalizar movimentos sociais, movimentos paredistas de trabalhadores e trabalhadoras, e agora também criminalizar o parlamentar de esquerda que faz importantes denúncias sobre o orçamento secreto, promovendo chantagens junto ao governo federal e tratando com morosidade, a tramitação de projetos importantes para as trabalhadoras e trabalhadores como por exemplo a LOA 2025 e a MP 1286/2024.

A FASUBRA tem se manifestado publicamente em defesa do mandato de Glauber Braga (PSOL-RJ), e solicitamos às entidades filiadas que se somem a essa campanha de apoio e solidariedade. Para isso, pedimos para que as entidades filiadas elaborem um breve texto contra a cassação de Glauber Braga (PSOL-RJ), e enviem para os e-mails dos/as parlamentares que compõe a comissão de ética. Os e-mails estão listados a seguir, e pedimos para que enviem o texto com cópia para o e-mail da FASUBRA (secretaria@fasubra.org.br). Nesse momento, o Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) pediu vista do processo, para questionar o voto do relator Paulo Magalhães, que movido por interesses antagônicos ao da defesa da democracia, do serviço público e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores, indica pela cassação do Deputado Glauber Braga (PSOL-RJ).

dep.albuquerque@camara.leg.br; dep.anapaulalima@camara.leg.br;
dep.brunoganem@camara.leg.br; dep.delegadoramagem@camara.leg.br;
dep.domingossavio@camara.leg.br; dep.gutembergreis@camara.leg.br;
dep.jackrocha@camara.leg.br; dep.joaoleao@camara.leg.br;
dep.julioarcoverde@camara.leg.br; dep.juniorlourenco@camara.leg.br;
dep.leurlomantojunior@camara.leg.br; dep.lucianovieira@camara.leg.br;
dep.marciomarinho@camara.leg.br; dep.marcospollon@camara.leg.br;
dep.paulomagalhaes@camara.leg.br; dep.ricardomaia@camara.leg.br;
dep.sidneyleite@camara.leg.br;

LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR EM DEFESA DA DEMOCRACIA DE NOSSA SOCIEDADE

A Direção Nacional da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA- Sindical) tomou conhecimento do Ofício Circular Nº 1/2025/CGDH/SECADI-MEC de 10 de fevereiro de 2025, no qual trata da importante iniciativa de constituição de um banco de projetos de Educação em Direitos Humanos.

Destacamos que nos itens 2.6 e 2.8 do texto do ofício a informação de que os recursos poderão ser destinados para bolsas destinadas exclusivamente para docentes, e com a reafirmação de que as bolsas do SISFOR não podem ser destinadas para pagamento de servidores técnico-administrativos em educação e discentes participantes do projeto.

Essa restrição vai ao encontro do dispositivo constante no Artigo 3º, parágrafo único, do inciso X, da Lei nº 11091/2005, que possibilita a concessão de bolsas de pesquisa, de

desenvolvimento, de inovação e de intercâmbio aos ocupantes de cargo público efetivo de técnico-administrativos em educação envolvidos nessas atividades, atendido o disposto no artigo 8º da Lei nº 11091/2005 que confere as atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, e em seu inciso II que expressa o planejamento, organização, execução ou avaliação das atividades técnico-administrativas em educação inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino.

Além disso, ressaltamos que nas Instituições Federais de Ensino possuem técnico-administrativos em educação com o perfil requerido para o atendimento dos projetos de educação em direitos humanos, conforme estabelecido pelo assunto do Ofício Circular Nº 1/2025/CGDH/SECADI-MEC.

Na perspectiva de ampliar a democratização nas Instituições Federais de Ensino e no fortalecimento do reconhecimento dos saberes dos técnico-administrativos em educação, solicitamos para a SECADI-MEC a retirada dessa restrição e a publicação de retificação, o mais breve possível, ao referido texto do Ofício incluindo os técnico-administrativos no recebimento de bolsas do SISFOR.

Solicitamos ainda, à SECADI-MEC, uma audiência para a Direção Nacional FASUBRA Sindical, para que possamos pensar, dialogar e construir ações nas áreas da diversidade, inclusão e educação em direitos humanos, que envolva a participação dos técnico-administrativos em educação que hoje atuam, junto com os docentes, na construção de instituições de ensino, de um país mais democrático, inclusivo e diverso.

FASUBRA NA LUTA PELO CUMPRIMENTO DO TERMO DE ACORDO DE GREVE

Após a aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2025, a FASUBRA intensificou nos últimos dias a pressão pela tramitação e a aprovação da Medida Provisória 1286/2024 que trata do nosso reajuste salarial e demais itens do acordo de greve assinado em 2024.

A FASUBRA atua em duas frentes. A primeira frente é junto ao MEC e o MGI, solicitando reuniões para cobrar o cumprimento de parte do Acordo de Greve que já pode ser efetivado frente a aprovação da LOA 2025 e a vigência da MP. A outra frente é junto à Câmara

Federal, pressionando os parlamentares pela tramitação e aprovação dessa MP contemplando as emendas que a Federação articulou em fevereiro, que buscam corrigir as imprecisões constantes no texto da MP.

No dia 26 de março de 2025, a FASUBRA se reuniu com as Centrais Sindicais (CTB, CUT, CSP CONLUTAS e INTERSINDICAL Central Sindical) para solicitar a intermediação junto à presidência da Câmara Federal e à presidência do Senado Federal, para uma audiência com a FASUBRA com o tema relacionado à tramitação da MP 1286/2024. Além disso, a FASUBRA solicitou apoio das Centrais Sindicais na intermediação junto ao MGI, para que a FASUBRA possa apresentar o teor das Emendas Parlamentares articuladas com parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Verde (PV); com a intenção de apresentar ao governo a reivindicação para que se essas emendas parlamentares, uma vez aprovadas pelo Congresso Nacional, não sejam vetadas pelo poder executivo.

FASUBRA EM ESTADO DE GREVE

A FASUBRA está agora em abril de 2025, em Estado de Greve, para ampliar a pressão para que o Termo de Acordo de Greve nº11/2024 assinado em 27 de junho de 2024, seja implementado em sua integralidade. É muito importante que as entidades sindicais informem a Federação o resultado das Assembleias realizadas nas quais debateram a aprovação do Estado de Greve em abril de 2025.

É importante ressaltar que o Estado de Greve se diferencia do indicativo de greve e da deflagração da greve em si; uma vez que o Estado de Greve em nosso caso, se configura como um alerta para o poder executivo e legislativo, de que a qualquer momento poderá se deflagrar o início de uma greve. As trabalhadoras e trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) sob o Estado de GREVE, devem participar de forma mais intensa e rotineira das ações de luta e mobilização que serão organizadas pelas entidades sindicais;

Nos dias 25 e 26 de Abril de 2025, a FASUBRA realizará uma Plenária Nacional Virtual para avaliar a conjuntura. Nesse sentido, a FASUBRA orienta que as entidades sindicais filiadas se preparem para essa Plenária, realizando rodada de assembleias de 07 a 17 de

abril para realização do debate junto à categoria e eleger suas delegadas e delegados para a participação dessa plenária virtual. Para participar virtualmente da plenária, se faz necessário o envio da documentação para o credenciamento, ou seja, a Ata constando os nomes das delegadas e delegados eleitos e os suplentes; a lista de presença (física e/ou virtual), comprovante de pagamento com a referência de março/2025 e preencher o formulário de pré-credenciamento. Os detalhes serão enviados via e-mail para todas as filiadas

PESQUISA PARA O RSC

A FASUBRA Sindical estará disponibilizando uma pesquisa via Google Forms para coleta de dados sobre Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). Orientamos que as direções de base divulguem massivamente como, também, ajudem os servidores que tenham dificuldades para preenchê-lo. Os dados coletados serão de suma importância para que tenhamos um retrato real de nossa categoria e possamos criar condições mais adequadas para a aquisição do RSC.

O link para preenchimento do formulário será divulgado nas redes sociais da FASUBRA Sindical.

CONFERÊNCIA LIVRE NACIONAL DA FASUBRA PARA A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS (5ª CNSTT)

“Em luta pelo aperfeiçoamento da política de saúde do trabalhador e trabalhadora nas IFES e pela democratização da gestão dos Hospitais Universitários”

A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical), com representação no Conselho Nacional de Saúde, convida todas as trabalhadoras e trabalhadores das Instituições Públicas de Ensino Superior que se organizam sindicalmente na base da FASUBRA, a participarem da Conferência Livre Nacional da FASUBRA em âmbito nacional, para eleger representantes para participarem da etapa nacional da 5ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras (5ª CNSTT), que ocorrerá em Brasília-DF, entre os dias 18 a 25 de Agosto de 2025.

A **Conferência Livre da FASUBRA**, que terá como tema “*Em luta pelo aperfeiçoamento da política de saúde do trabalhador e trabalhadora nas IFES e pela democratização da gestão dos Hospitais Universitários*”, ocorrerá no formato virtual, no **dia 29 de abril de 2025**, às **16 horas**, com o link que será informado publicamente a partir do dia 25 de abril de 2025, via Informe de Direção da FASUBRA.

O objetivo dessa Conferência Livre da FASUBRA é debater a elaboração de propostas para os seguintes eixos, para que sejam apresentadas à 5ª CNSTT:

Eixo 1 – A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

Aperfeiçoamento da Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS

Eixo 2 – As Novas Relações de Trabalho e a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

Programa de Gestão e Desempenho, Teletrabalho e condições de trabalho nos Hospitais Universitários sob a gestão mercadológica da EBSEH

Eixo 3 – Participação Popular na Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras para Efetivação do Controle Social

Democratização e Controle Social nas gestões verticalizadas e mercadológicas produzidas pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) nos hospitais universitários

O regimento da 5ª CNSTT expressa que a cada 50 (cinquenta) participantes presentes em nossa Conferência Livre, poderá ser indicado 1 (uma) pessoa delegada para representar a FASUBRA na Etapa Nacional da conferência, portanto pedimos às entidades sindicais filiadas que nos ajudem a mobilizar pelo menos 10 pessoas de sua respectiva instituição.

Saudações Sindicais,

Coordenação de Saúde e Hospitais Universitários da Direção Nacional da FASUBRA

Brasília, 4 de Abril de 2025.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COFIN – COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO - CNS

Dias: 27 e 28 de março de 2025

Presente pela FASUBRA: Lucivaldo Alves dos Santos

A Reunião foi marcada pela fala do Coordenador Sr. Getulio Vargas, ressaltando a informação da aprovação da LOA – Lei Orçamentária Anual aprovada, mas ainda não temos o seu detalhamento. Que a Lei será matéria de discussão na Oficina que realizaremos nos dias 22 e 23 de abril/2025. Outro tema que será apresentado no Seminário será o RQPC - Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do Ministério da Saúde.

As Entidades fizeram a apresentação de seus informes e, pela FASUBRA apresentei o relatório da Plenária acontecida nos dias 14, 15 e 16/03/2025, com nossas deliberações e encaminhamentos para os próximos meses. Nossa informação ficou pautada ao nosso Termo de Acordo de Greve que ainda está pendente de finalização de temas importantes para nossa categoria, onde teremos dias de paralisações e mobilizações em todo Brasil.

Nas avaliações da conjuntura, ficou evidente por parte dos integrantes da COFIN a indisposição causada pela saída da Ministra Nísia Andrade do Ministério da Saúde, muito mais pelo governo estar passando por uma conjuntura adversa aos seus interesses, principalmente quando o Governo procura alternativas para melhorar seu desempenho em pesquisas, mesmo que custe saídas de pessoas importantes de seu ministério, que lhe poderiam dar sustentação.

Análise do RAG 2024 - Relatório Anual de Gestão/2024 - Para a análise desse relatório, o primeiro ponto observado no lado técnico, foi de que, o que existe aprovado na Constituição para a Aplicação do Teto mínimo para a Saúde, foi observado e aplicado, haja vista que o orçamento anual da Saúde de 2024 ficou em R\$ 214,505,348,100 (bilhões) equivalente a 15% da RCL - Receita Corrente Líquida de 2024.

Alguns dos dados expostos nesse relatório, mostra que o Ministério da Saúde vem apresentando resultados satisfatórios quanto ao que está sendo empenhado e aplicado baseado nos 15% do RCL. Porém, temos que começar a nos preocupar com o valor, pois já existe um cenário apresentando que não muito distante, somente os 15% da RCL não serão suficientes para manter o financiamento do SUS.

Outro fator importante analisado, foi de que 2024 foi ano eleitoral e o aumento nas Emendas Parlamentares foi significativa no campo da saúde, chegando ao montante de 26 bilhões. Porém, existe uma dinâmica diferente em fazer as liberações desses recursos, comparando aos casos de financiamentos diretos nas Ações **ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde**. Na aplicação da liberação dos recursos ASPS dentro do orçamento, existem casos de que foram empenhados 100% dos recursos, mas com baixa execução desses recursos, ou seja, existe o recurso, ele é empenhado, mas não é executado. Assim, cria-se os recursos de Restos a Pagar, ficando para o(s) ano(s) seguinte(s) essa execução orçamentária.

Contudo, se compararmos as aplicações dos recursos ASPS com as Emendas Parlamentares destinadas ao SUS, a diferença é muito grande na sua execução. Em 2024 foram empenhados quase que 100% dos valores destinados em Emendas Parlamentares para a saúde, e as execuções se aproximaram aos 100%. Ou seja, se não houver um verdadeiro controle pela sociedade brasileira sobre as destinações dessas Emendas, a maioria dos parlamentares usarão o canal do SUS para fazer os eventuais “desvios”, caracterizando o verdadeiro interesse dos parlamentares em destinar as Emendas Parlamentares para o Ministério da Saúde.

Nossa próxima reunião está marcada para os dias 22 e 23 de abril de 2025.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO FNE – 27 E 28 DE MARÇO

A FASUBRA Sindical, representada por sua coordenadora de administração e finanças, Marcia Abreu, participou da reunião do Fórum Nacional de Educação nos dias 27 e 28 de março.

O encontro reuniu representantes do governo, de movimentos sociais e de entidades sindicais, estudantis e acadêmicas a fim de discutir temas estratégicos para a política educacional brasileira, com destaque para o Projeto de Lei nº 2.614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE).

A programação incluiu, também, discussões sobre a organização das equipes técnicas para os planos estaduais, municipais e distrital de educação, além de debates sobre o regimento interno do FNE e a ampliação da participação de entidades na instância.

Outro destaque foi a comemoração dos 15 anos do FNE. O momento celebrou a trajetória do Fórum como um espaço democrático e participativo na construção das políticas educacionais do país. Durante a reunião, as entidades que compõem o FNE reforçaram seu compromisso com o fortalecimento das políticas educacionais e com a ampliação do diálogo entre sociedade civil e governo na construção de um sistema educacional mais inclusivo e de qualidade.

O FNE

O Fórum Nacional de Educação (FNE) foi instituído no âmbito do Ministério da Educação por meio da Portaria MEC n.º 1.407, de 14 de dezembro de 2010. Neste ato, foi estabelecido que o Fórum, de caráter permanente, teria a finalidade de coordenar as conferências nacionais de educação, acompanhar a implementação de suas deliberações e promover articulações com os fóruns estaduais, distrital e municipais de educação.

REUNIÃO DE NEGRAS E NEGROS DA FASUBRA

A FASUBRA Sindical, por meio da coordenação de raça e etnia, realizará uma reunião virtual de negras e negros no dia 24 de abril de 2025, às 15 horas.

A reunião tem como objetivo a retomada das discussões em torno das pautas relacionadas à comunidade de negras e negros de nossa categoria, assim como iniciar o debate da organização do encontro deste ano.

Solicitamos às direções das entidades de base, a indicação de duas companheiras e/ou companheiros para a referida reunião, enviando Nome completo, telefone e e-mail de suas/eus indicadas/os até o dia 22 de abril, por meio do e-mail da secretaria da FASUBRA (secretaria@fasubra.org.br).

REFLEXO DAS CONQUISTAS PARA APOSENTADOS, APOSETANDOS E PENSIONISTAS

O reflexo das conquistas da greve afeta de maneira distinta os aposentados e pensionistas por conta das sucessivas reformas previdenciárias. Essas diferenças não decorrem da negociação e tampouco da Medida Provisória editada pelo Governo, mas

sim das alterações na Constituição que separaram a forma de cálculo da aposentadoria nos seguintes grupos:

Regra	Quem pode invocar essa regra	Forma de reajuste	A negociação surte efeito prático?
Aposentadoria integral equivalente ao último salário	Apenas os que ingressaram no serviço público antes de 2003	Mesmos reajustes dos ativos	Sim. Sempre que houver mudança da remuneração ou reclassificação do cargo
Aposentadoria calculada pela média dos 80% maiores salários/vencimentos sobre os quais houve recolhimento previdenciário	a) Os que ingressaram entre dez/2003 e fev/2013; b) Os que ingressaram antes de 2003 e que não tenham preenchido as condições para aposentadoria com proventos integrais.	Mesmo que os proventos sejam pagos pela IFE, aplica-se o índice de reajuste dos benefícios do INSS.	Não, pois os reajustes nesses casos observam a tabela do INSS. No ano de 2025 esse reajuste é de 4,77%, dependendo da data de concessão do benefício (vide tabela).
Aposentadoria limitada ao teto do INSS + complemento pela FUNPRESP	Aos que ingressaram no serviço público depois de fev/2013	Nessa modalidade, os proventos são pagos por duas fontes: União e FUNPRESP (para quem optou). A aposentadoria paga pela União é atualizada pelo índice de reajuste dos benefícios do INSS.	Não, pois os reajustes nesses casos observam a tabela do INSS. No ano de 2025 esse reajuste é de 4,77%, dependendo da data de concessão do benefício (vide tabela).

Importante destacar que para as futuras aposentadorias, o reflexo é direto para todos, na medida em que haverá aumento da remuneração, afetando positivamente as aposentadorias integrais e aquelas calculadas pela média ou, no mínimo, aumentará a contribuição sobre a parcela da FUNPRESP.

Assim, sempre recomendamos que se você tem dúvidas, procure seu sindicato de base para procurar as respostas.

MAPA DE ADESÃO AO ESTADO DE GREVE



APROVAÇÃO DO ESTADO DE GREVE 2025

REGIÃO	ENTIDADE	ADESÃO	
NORTE	SINDIFESPA	SIM	
	SINTESAM		
	SINTEST/AC		
	SINTUNIR		
	SINTAD-TO		
	SINSTAUFAP	SIM	
NORDESTE	SINTESPB		
	SINTUFCE	UFC	
		UFCA	
		UNILAB	
	SINTESUF(*)		
	SINTUFEPE-RURAL	SIM	
	SINTUFEPE-FEDERAL	SIM	
	UNIVASF (**)		
	ASSUFBA-SIND	UFOB	SIM
		UNILAB	SIM
		UFSB	SIM
		UFRB	SIM
		UFBA	SIM
	SINTUFAL	SIM	
	SINTEST RN	SIM	
SINTUFS	SIM		
SINTEMA			
SINTUFPI	SIM		
CENTRO - OESTE	SINTUF-MT	SIM	
	SISTA-MS		
	SINT-IFESGO	SIM	
	SINTFUB		
	SINTEF UFGD	SIM	
SUDESTE	SINTUFF	SIM	
	SINTUF RJ	SIM	
	ASUNIRIO	SIM	
	SINTUR-RJ	SIM	
	SINTUNIFESP	SIM	
	SINTUFSCAR	SIM	
	SINTUFES	SIM	
	SINTUNIFEI		
	SINDIFES		
	SINDUFLA	SIM	
	ASAV-SINDIC	SIM	
	SIND-ASSUFOP	NÃO	

SUDESTE	SINET/UFU	SIM
	SINTUFEJUF	SIM
	SINDTTAE/UFTM	SIM
	SINT/UNIFAL	
	SINDS-UFSJ	SIM
	STU	
	SINTUF ABC	SIM
SUL	SINTUFSC	
	SINDTEST-PR	SIM
	ASUFPEL	SIM
	APTAFURG	SIM
	ASSUFRGS	SIM
	ASSUFSM	SIM
	SINDIEDUTEC	
	SINDTAE-FS	SIM
	SINDIPAMPA	

O BRASIL DANDO A VOLTA POR CIMA

O presidente Lula participou do evento "O Brasil Dando a Volta por Cima". A intenção foi dar transparência às entregas realizadas pelo Governo Federal durante os dois primeiros anos de mandato.

- Entre 2023 e 2024, o governo reconstruiu políticas públicas que, além de recuperarem a economia, sinalizaram resultados importantes na redução da fome e da pobreza, no acesso ao mercado de trabalho e em áreas como educação, saúde, infraestrutura e relações exteriores.
- Também foram apresentadas as entregas previstas para este e o próximo ano. A cerimônia contou com a presença de ministros, parlamentares e representantes da sociedade civil.
- Ao longo do evento, foi lançada também a campanha publicitária "O Brasil é dos Brasileiros", com personagens que refletiram o impacto de políticas públicas do Governo Federal.

A FASUBRA participou do evento: "O Brasil Dando a Volta por Cima."

O evento contou com a presença de mais de 10 mil pessoas..

CALENDÁRIO

ABRIL

09	Reunião virtual GT – LGBTIA+
14 a 16	IV CONASSURGS – Salão de Atos da UFRGS
24	Reunião de Negros e Negras da FASUBRA
25 e 26	Plenária Nacional da FASUBRA (VIRTUAL)
23 a 25	XIV CONGRESSO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP
29	CONFERÊNCIA LIVRE NACIONAL DA FASUBRA PARA A 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS (5ª CNSTT)

MAIO

01	Dia do Trabalhador
16 a 18	Encontro Nacional LGBTQIA+

JUNHO

06 e 07	Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora - Brasília
----------------	--